

VI SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

26 a 27 de Janeiro de 2017

UMA REFLEXÃO ACERCA DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: POSSÍVEIS MEIOS DE ATENUAR ESSA VIOLÊNCIA

Daniela da Silva Rocengholli; Isabela Maciel Gonçalves (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil). Professora orientadora Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil).

Contato: danielarocengholli@gmail.com
isabelamacielg@gmail.com

Palavras-chave: Abuso Sexual. Psicologia Histórico-Cultural. Infância. Atuação do Psicólogo.

A pesquisa em questão busca cumprir uma finalidade social e, ao final, contribuir para a reflexão sobre o papel que o psicólogo tem no enfrentamento dos casos de violência sexual infantil. A partir da compreensão de suas consequências e origens. A finalidade é ampliar os conhecimentos acerca de métodos que possam ser trabalhados com a criança, partindo de uma compreensão singular do abuso, pois a própria identificação da violência é algo complexo para a consciência infantil. Em geral envolve a compreensão de que o responsável por sua proteção, por mantê-la segura pode ser, justamente, aquele que está abusando dela de forma violenta.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica fundamentada na perspectiva teórica da Psicologia Histórico-Cultural, tendo como método de análise o materialismo histórico-dialético. Serão investigadas as circunstâncias que geralmente envolvem esse fenômeno, visando compreender o abuso sexual dentro do contexto em que a criança está inserida, em especial a família.

Inicialmente analisamos a instituição família a fim de compreender os fenômenos que contribuíram para essa se tornar uma instituição suscetível a prática da violência sexual contra seus membros mais vulneráveis. Assim, faz-se necessária, também, uma análise histórica e dialética da construção social da infância, buscando verificar as alterações nesse fenômeno ao longo dos tempos, bem como as mudanças ocorridas na concepção de criança até a atualidade. A partir dessas análises, relacionamos a função socializadora que a família tem para com suas crianças, uma vez que casos de violência comprometem ou distorcem essa função social da família. Em seguida, sobre a violência infantil, fez-se uma análise sobre os direitos que as crianças possuem perante a sociedade brasileira para discutir como esses direitos, muitas vezes, não são exercidos pela família e pela sociedade. Analisamos a violência sob o prisma das reações e relações que a família e sociedade estabelecem com a vítima após a revelação

VI SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

26 a 27 de Janeiro de 2017

do abuso. A partir desse estudo, propomos uma análise sobre o papel que o psicólogo tem para com as vítimas e os dispositivos sociais disponíveis para o enfrentamento dessa violência.

A família, na perspectiva da psicologia Histórico Cultural, é uma instituição social importante para o desenvolvimento das sociedades. Ela é necessária para os cuidados e educação das crianças e suporte afetivo para os indivíduos, dentre outras funções sociais (LESSA, 2012). Porém, enquanto instituição social, a família é fruto de um longo processo de desenvolvimento das relações sociais entre os indivíduos (ENGELS, 1912). As relações de poder presentes na exploração do homem pelo homem concretizam a principal base para a família nuclear se estabelecer, visto que, a reconfiguração da família preza pela independência da vida social colaborativa. As relações de poder presentes na família vão aos poucos transformando a família em um núcleo autoritário e por vezes violento (LESSA, 2012).

Nesse cenário, tanto mulheres quanto crianças são concebidas para atender os anseios do patriarca, tornando-se objetificadas por ele e configurando uma classe de indivíduos mais exposta a abusos (LESSA, 2012).

Como se trata de relações humanas desenvolvidas historicamente e socialmente, a família possui múltiplas concepções em um mesmo momento histórico. Isso se dá pelo fato de que, por ser uma relação social dependente das demandas da sociedade, a família possui um caráter mutável (LESSA, 2012).

A partir dessa compreensão de desenvolvimento das sociedades e da família, temos a concepção de infância dada a partir de um desdobramento social concomitante ao que rege as relações sociais e conseqüentemente a família. Sendo a infância uma construção social dialética faz-se presente em determinado momento histórico várias concepções de um mesmo fenômeno, visto que seu conceito nunca é unânime por estar sempre em desenvolvimento (SILVA, 2009).

O processo de desenvolvimento infantil ocorre por intermédio de relações dialéticas estabelecidas entre a criança e o meio ao qual pertence, principalmente a família. Neste caso há um destaque da função socializadora e ideológica exercida pela família (PASQUALINI, 2006). Dentro do compromisso com o desenvolvimento social, a família nuclear atua enquanto unidade reprodutiva e formadora de personalidades por meio da educação familiar. Ela exerce sua função na mediação social entre criança e sociedade como agente socializadora primária das crianças (AZEVEDO apud HELLER, 2005).

VI SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

26 a 27 de Janeiro de 2017

Nesse panorama, o contexto social no qual a criança está inserida é fundamentalmente importante para um desenvolvimento saudável. Porém, nem sempre as crianças são socializadas em contextos sociais saudáveis para elas. Algumas condições familiares e sociais identificáveis na infância, como abuso e negligência, estão entre os principais fatores de comprometimento de um desenvolvimento social saudável da criança (DEL PRETE, 2005).

Uma criança exposta a um contexto social violento acaba por basear nele o desenvolvimento de seus processos de socialização. Isso compromete tanto seu desenvolvimento social, quanto psíquico, emocional, afetivo etc., ferindo seu direito “[...] à liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoa humana em processo de desenvolvimento e como sujeito de direito civil humano e social garantido na constituição e na lei” (Estatuto da Criança e do Adolescente cap. II, art. 15, 2017).

Waiselfisz (2012) acrescenta que cerca de 19,9% das denúncias de violência infantil tratam de violência sexual, ficando atrás apenas da violência física, que corresponde a 40,5% dos casos. De acordo com Guerra (1998, apud AZAMBUJA, 2006), a violência sexual corresponde a todo ato ou jogo sexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, que tem por finalidade estimular a vítima sexualmente ou usá-la para obter uma estimulação sexual. Azambuja (2006) pontua, ainda, que o abuso sexual pode ser dividido em familiar e não familiar.

Paralelo a isso, na maioria das vezes os abusadores são parentes de sangue da vítima, como por exemplo: pai, irmão, avós, tios ou parentes por “afinidade”, como padrasto, esposo da tia, etc. E além disso abusador frequentemente tem preferência por vítimas com autoestima baixa, inseguras, pois isso as tornam mais vulneráveis e possuem mais dificuldade de identificar possíveis situações abusivas (SOMA e WILLIAMS, 2014).

Ademais, cada caso de violência deve ser analisado individualmente, pois conforme Santos (2012) existem diferentes formas da vítima interpretar o abuso, ele pode gerar fascínio e tornar a vítima futuramente uma abusadora em potencial, pode despertar extremo temor ao abusador, ou pode até gerar afeição por ele, e existem ainda as vítimas que passam por todas essas interpretações simultaneamente.

Além disso, Santos (2012) aponta que a forma como a família lida com o abuso é de extrema importância, visto que embora a maioria dos episódios de abuso sejam intrafamiliares, poucas vezes são denunciados, pois na maioria das vezes a mãe ou

VI SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

26 a 27 de Janeiro de 2017

responsável acaba acobertando o abusador, por motivos que variam de dependência econômica e/ou afetiva, ao medo. E acrescenta, também, que a vítima não deve ser deslocada de seu contexto familiar com o intuito de promover seu afastamento do abusador, pois isso pode ser interpretado por ela como um castigo e se culpar pelo ato.

Fica evidente que a violência sexual causa sofrimento psíquico para as vítimas e para as pessoas de sua convivência próxima e, sendo assim, o psicólogo tem papel fundamental para atenuar esses danos e contribuir para a revelação e prevenção do abuso. Para amparar essa intervenção o CFP possui um manual de referências técnicas, no qual aponta o CREAS como principal órgão auxiliador nesse processo.

De acordo com o Manual de Referências (CFP, 2009), o Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas Famílias, está presente no CREAS e articulado com a PNAS, como serviço de proteção especial do SUAS. Em junho de 2000 foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente (CONANDA) o primeiro Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, que define diretrizes para políticas, programas e serviços de enfrentamento à violência sexual em seis eixos: Análise da situação, mobilização e articulação, defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo infanto-juvenil.

Ainda de acordo com o manual de referências técnicas, devido a complexidade do fenômeno e suas consequências, o atendimento de crianças e adolescentes nessa situação, demanda o acompanhamento de outros serviços, organizações, e outras políticas públicas setoriais. Dessa forma, é necessária a atuação de forma articulada, integrada em rede, mesmo com todas suas precariedades, visto que, diante dessa realidade, o compromisso da Psicologia é coletivo, ético e urgente (CFP, 2009)

Por fim, concluímos que a busca pela atenuação da violência sexual infantil deve começar pelas próprias referências teóricas, visto que embora seja um problema atual e de muita gravidade, poucos autores se preocupam em discuti-lo e a maioria das referências discutem problemas similares e não apresentam soluções, ou propostas de intervenções. Além disso, concluímos que trata-se de um fenômeno muito singular, em que cada caso deve ser avaliado integralmente e exclusivamente, considerando cada particularidade dos indivíduos e do contexto nos quais estão inseridos. É papel da psicologia propiciar vínculos para que a

VI SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

26 a 27 de Janeiro de 2017

revelação possa ser realizada com conforto e segurança da vítima, além de promover amparo para os familiares que estão próximos e também podem estar em perigo. Ademais, as políticas públicas precisam ser fruto de investimentos e a população precisa ter conhecimento de seus direitos e dos serviços a ela ofertados, como é o exemplo do Serviço de Proteção Social a Crianças e adolescentes Vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas Famílias, presente no CREAS.

Referências

AZAMBUJA, Maria Regina Fay. **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança**. Revista Virtual Textos & Contextos, n 5, nov, 2006.

AZEVEDO, Maria Amelia; GUERRA, Viviane de A. (Orgs). **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n^o 8.069 de 13 de Julho de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 15 de Janeiro de 2017.

ENGELS, Friederich. (2002). **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: centauro, 2002.

DEL PRETE, Zilda A.P., DEL PRETE, Almir. **Psicologia das habilidades na infância: Teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2005.

PASQUALINI, J.C. **Desenvolvimento infantil e ensino: a análise histórico- cultural de vigotski, leontiev e elkonin**. UNESP. GT-20: Psicologia da Educação. Agência Financiadora: FAPESP, 2006.

SANTOS, Suzel Rodrigues. **As implicações subjetivas na família e na criança a partir do abuso sexual**. Revista electronica Univar v.2, n.8 (2012).

SILVA, Rhayane Lourenço. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: estudo a partir da psicologia histórico-cultural**. Curitiba, 2009

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015 homicídio de mulheres no Brasil**. http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf . acessado em 02/02/2016.

SOMA, Sheila Maria Prado e WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Livros Infantis para Prevenção do Abuso Sexual Infantil: uma revisão de Estudos. **Temas em Psicologia** - Vol.22, 2014.